

## **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 004/2026**

### **Proc. Administrativo 084/2026**

**DA FINALIDADE:** Inexigibilidade de Licitação

**DO OBJETO:** Contratação de empresa especializada no Atendimento na área da Educação Especial, por meio de capacitação contínua dos profissionais da rede de ensino, com o objetivo de garantir atendimento de qualidade e assegurar os direitos dos estudantes com necessidades educacionais específicas seguindo a legislação vigente.

**DO CONTRATANTE:** **MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS, MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 24.772.287/0001-36, situada na Av. Mato Grosso, 66 NE, Centro.

**DA CONTRATADA:** **ELIANE RUTE CALLEGARI DA SILVA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº **27.172.819/0001-92**, estabelecida na Rua Santa Catarina, nº 1381 NE, Bairro Centro, Campo Novo do Parecis-MT.

**DA JUSTIFICATIVA:** O município de Campo Novo do Parecis tem registrado um aumento significativo na demanda por atendimento especializado na área da Educação Especial. Esse crescimento torna essencial a capacitação contínua dos profissionais da rede de ensino, a fim de assegurar um ensino de qualidade e garantir os direitos dos estudantes com necessidades educacionais específicas, conforme estabelece a legislação vigente;

Nesse contexto, a contratação da psicopedagoga Eliane Rute Callegari da Silva (CLÍNICA ÁGAPE) permitirá o aprimoramento das práticas pedagógicas, promovendo uma inclusão efetiva e um suporte adequado aos estudantes que necessitam de atendimento diferenciado;

A capacitação abordará temas essenciais a realidade educacional do município por meio de assessoria direta às demandas emergenciais do CENAM (Centro de Atendimento Multiprofissional); Assessoria para a organização do Seminário de Educação Especial 2026; revisão e correção de relatórios, planos de trabalho, programações, planejamentos e palestras que serão aplicados no decorrer do ano letivo de 2026; palestras e treinamentos realizados no CENAM para os professores do AEE (Atendimento Educacional Especializado), sendo repassado posteriormente aos demais profissionais da educação, com temas voltados às:

- Estratégias de como desenvolver o PEI com sugestões de atividades;
- Entrevista com os Pais/Responsáveis;
- Avaliação Inicial;
- Marcos do Desenvolvimento Infantil;
- Sugestão de Atividades para desenvolvimento em sala de aula (adaptação de conteúdo).

A contratação em tela vai ao encontro da legislação vigente, a qual estabelece diretrizes para a inclusão e o atendimento educacional especializado de estudantes

com necessidades educacionais específicas. As principais normas que amparam esses estudantes e fundamentam a contratação de profissionais especializados são:

- **Constituição Federal (1988)**

- a. O artigo 205 estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa e o preparo para o exercício da cidadania;

- b. O artigo 208, inciso III, assegura o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

- **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069/1990**

- a. O artigo 54, inciso III, determina que o Estado deve assegurar atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996**

- a. O artigo 58 define a Educação Especial como modalidade de ensino para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

- b. O artigo 59, inciso III, estabelece que os sistemas de ensino devem assegurar professores com especialização adequada para o atendimento educacional especializado.

- **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)** - Documento orientador de política pública que direciona a formação de professores e a adaptação curricular, com vistas a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência no ensino regular. Embora não seja uma lei formal, trata-se de orientação política com grande relevância.

- **Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão – LBI)**

- a. O artigo 28, inciso XI, reforça a necessidade de formação e capacitação continuada dos profissionais da educação para o atendimento educacional especializado;

- b. O artigo 30 estabelece diretrizes para a educação de pessoas com deficiência, incluindo a oferta de educação bilíngue para surdos e outras medidas que assegurem a inclusão educacional plena.

- **Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005/2014** - A Meta 4 determina a universalização do acesso à educação para pessoas com deficiência e a garantia do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

- **Decreto nº 12.686/2025** - Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e regulamenta a oferta do atendimento educacional especializado, bem como a disponibilização de serviços e profissionais capacitados para assegurar a inclusão de estudantes com deficiência na educação básica.

Com base nessas legislações e em atendimento das mesmas, a capacitação contínua dos educadores e a contratação de especialistas como psicopedagogos são essenciais para garantir um ensino inclusivo e de qualidade, respeitando os direitos dos estudantes com necessidades educacionais específicas;

A contratação de especialistas na área para a correta orientação dos profissionais da educação é um investimento essencial para a educação do município, fomentando a base educacional, capacitando professores para uma educação mais inclusiva e de qualidade. Dessa forma, a contratação desse serviço se faz necessária e urgente para

garantir a qualificação desses profissionais, o desenvolvimento pleno dos estudantes e a promoção da equidade educacional, assegurando que a rede de ensino municipal cumpra seu papel de forma eficiente e inclusiva.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO E DO VALOR:** As contratações realizadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei, obrigação esta advinda do dispositivo constitucional previsto no **artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988**, o qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer, em regra, mediante processo licitatório, garantindo igualdade de condições a todos os interessados;

A licitação é o meio encontrado pela Constituição Federal para assegurar isonomia, impessoalidade e economicidade na seleção de propostas que melhor atendam às necessidades do Poder Público, permitindo que diferentes pessoas físicas ou jurídicas possam concorrer de forma justa, garantindo à Administração a escolha mais vantajosa;

Todavia, a própria legislação reconhece que há hipóteses em que a competição é inviável, como nos casos de serviços técnicos de natureza singular ou de profissionais do setor artístico e intelectual consagrados pela crítica especializada ou pela opinião pública. O artigo 74 da Lei nº 14.133/2021, em seu inciso III, dispõe expressamente:

**“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:**  
**(...)**  
**II – contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.”**

Com base no crescimento significativo da demanda por atendimento especializado na área da Educação Especial no Município de Campo Novo do Parecis, torna-se indispensável a capacitação continuada dos profissionais da rede municipal de ensino, a fim de assegurar a qualidade do atendimento educacional e a efetivação dos direitos dos estudantes com necessidades educacionais específicas, conforme preconiza a legislação vigente. Nesse contexto, é fundamental investir na formação técnica e pedagógica dos educadores, especialmente daqueles que atuam diretamente no Atendimento Educacional Especializado – AEE;

A contratação dos serviços de assessoria pedagógica da psicopedagoga Eliane Rute Callegari da Silva, por meio da empresa CLÍNICA ÁGAPE, está diretamente alinhada a esse objetivo, uma vez que sua atuação contribuirá significativamente para a qualificação da equipe psicopedagógica do CENAM, bem como dos professores do AEE, dos Técnicos de Apoio Educacional, ADI, agentes educacionais e docentes da sala regular;

Considerando seu histórico profissional, experiência prática e formação acadêmica, entende-se que a contratação é indispensável e representa relevante contribuição para o fortalecimento das ações de Educação Especial no município;

A profissional apresenta os seguintes requisitos que a qualificam como a mais indicada para a prestação da assessoria especializada:

### **Formação Acadêmica:**

- Magistério;
- Pedagogia;
- Especialização em Educação Infantil;
- Especialização em Análise do Comportamento Aplicada (ABA);
- Psicopedagogia Clínica e Institucional;
- Psicopedagogia Clínica;
- Neuropsicopedagogia Clínica;
- Psicomotricidade.

### **Cursos Complementares:**

- Formação na área do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e atuação como aplicadora ABA;
- Certificação de aplicadora ABA pela Academia do Autismo;
- Método Fônico Mediado;
- Mediadora Cognitiva de Excelência;
- Título de Professora Referência na Alfabetização de Crianças com Deficiência Intelectual (Guardiã da Inclusão);
- Formação em Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH);
- Avaliação pelo Método Neuro PP Avalia;
- Laboratório de Intervenção ABA.

### **Experiência Profissional:**

- 13 (treze) anos de experiência como professora na Educação Infantil e no Ensino Fundamental;
- 08 (oito) anos de experiência na coordenação e direção da APAE de Campo Novo do Parecis;
- Atuação na Direção da Educação Infantil no Município de Campo Novo do Parecis;
- 09 (nove) anos de atuação clínica como Neuropsicopedagoga e Psicopedagoga na Clínica Ágape;
- Experiência prévia como Assessora do CENAM no Município de Campo Novo do Parecis.

A capacitação e a assessoria possibilitarão o aprimoramento das práticas pedagógicas e institucionais, promovendo uma inclusão educacional efetiva e assegurando suporte técnico adequado aos estudantes que demandam atendimento educacional especializado;

As ações formativas contemplarão temas diretamente relacionados à realidade educacional do município, incluindo, entre outros:

- Transtorno do Espectro Autista (TEA): características, níveis de suporte e estratégias de intervenção;
- Comportamento ABC;
- Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH);
- Deficiência Intelectual;
- Anamnese escolar e entrevista com pais ou responsáveis;
- Avaliação inicial e dos marcos do desenvolvimento infantil;

- Elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI);
- Sugestão e confecção de recursos pedagógicos e adaptação de conteúdos para a sala de aula;
- Rodas de conversa com estudos de caso.

Ressalta-se que a legislação federal estabelece diretrizes para a formação continuada dos profissionais da educação, reforçando a necessidade de investimentos permanentes nessa área. Assim, a presente solicitação visa atender à demanda crescente do município e garantir que a rede municipal de ensino cumpra seu papel de forma eficiente, inclusiva e alinhada às normativas legais;

Como parte das ações previstas, a psicopedagoga também atuará no apoio à organização e realização do Seminário de Educação Especial 2026, incluindo a realização de palestras e formações temáticas voltadas aos profissionais da rede, contribuindo para a disseminação de conhecimentos e fortalecimento das práticas inclusivas;

Dessa forma, a contratação da assessoria e capacitação especializada mostra-se necessária e estratégica, visando assegurar a qualidade do ensino, o pleno desenvolvimento dos estudantes, o respeito aos seus direitos e a promoção da equidade educacional no âmbito da rede municipal;

A forma de contratação será por meio de inexigibilidade de licitação, uma vez que, embora a licitação seja a regra, a Lei nº 14.133/2021, em seu art. 74, inciso III, prevê exceção nos casos de inviabilidade de competição para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, sendo o caso do processo de inexigibilidade de licitação para a contratação da empresa CLÍNICA ÁGAPE, CNPJ nº 27.172.819/0001-92, por meio de sua representante legal Eliane Rute Callegari da Silva, profissional de notória especialização, indispensável à capacitação e assessoria dos profissionais do CENAM e da rede municipal de ensino;

O valor mensal da contratação será de R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais), a ser pago durante o período de fevereiro a novembro de 2026, totalizando 10 (dez) meses de execução contratual. A carga horária será de 08 (oito) horas semanais, realizadas de forma presencial às sextas-feiras, das 7h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00.

**ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES:** A assessoria será realizada de forma presencial, mensal, totalizando em 32h mensais no período fixo de 10 (dez) meses (fevereiro a novembro), conforme os horários a seguir:

- Sexta - feira: das 7h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00 – 8 horas.

Capacitação de 20 horas (sendo 16 horas presenciais e 04 horas assíncronas) nos dias 02 e 03 de fevereiro de 2026 para 160 profissionais da educação especial, conforme programação abaixo:

**Dia 02/02/2026 - Teoria**

- Transtorno do Espectro Autista – TEA (Características e Níveis de Suporte);
- Comportamento ABC;
- TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade);
- Deficiência Intelectual;

**Dia 03/02/2026 – Prática**



- Confecção de recursos para utilização em sala de aula.

#### DA RELAÇÃO DO ITEM COM QUANTITATIVO E VALOR:

Nº do item	Item	Descrição	UND	QTD	Valor	Total
1	55592	ASSESSORIA / CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, CENAM (CENTRO DE ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL), PROFESSORES DO AEE (ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO), TAE (TÉCNICOS DE APOIO EDUCACIONAL) ADI E AGENTE EDUCACIONAL PARA APRIMORAR ESTRATÉGIAS DE ENSINO PARA A INCLUSÃO EDUCACIONAL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS.	MÊS	10	14.500,00	145.000,00

#### DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

##### São obrigações da Administração Pública:

- Emitir ordem de fornecimento e zelar para o bom cumprimento do objeto;
- Receber o serviço no prazo e nas condições estabelecidas neste Instrumento;
- Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços;
- Efetuar o pagamento devido, nas condições estabelecidas neste Instrumento;
- Fiscalizar a execução dos serviços prestados;
- Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- Aplicar as sanções administrativas pertinentes, em caso de inadimplemento;
- Caberá ao Município receber o serviço contratado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Instrumento.

##### São obrigações do fornecedor contratado:

- Comprovar experiência na prestação de serviços de assessoria e capacitação na área da educação especial e inclusão educacional;
- Apresentar documentos que comprovem formação na área de atuação como certificados, diplomas e demais documentos comprobatórios;
- Equipe técnica qualificada, composta por profissionais com formação e experiência comprovada na área de educação especial, inclusão educacional e práticas pedagógicas inclusivas;
- Formação acadêmica em Pedagogia, Psicopedagogia, Educação Especial, Psicologia ou áreas correlatas, com especialização e/ou experiência comprovada em inclusão educacional;

- e)** Conhecimento atualizado da legislação vigente, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, entre outras normativas aplicáveis;
- f)** A empresa deverá apresentar Registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), com atividade compatível com o objeto da contratação; Regularidade fiscal e trabalhista, com apresentação das certidões negativas de débitos municipais, estaduais e federais;
- g)** A empresa contratada deverá oferecer um plano detalhado de execução do serviço, incluindo carga horária e cronograma das capacitações, compatíveis com a necessidade da rede municipal de ensino; metodologias ativas e dinâmicas, garantindo a aplicação prática das estratégias inclusivas no ambiente escolar; materiais didáticos e de apoio pedagógico, fornecidos aos participantes das capacitações; avaliação da eficácia da capacitação, com aplicação de instrumentos para mensurar o impacto das formações na prática pedagógica dos profissionais;
- h)** O contrato terá duração determinada de 09 (nove) meses, conforme a necessidade do município e disponibilidade orçamentária;
- i)** Caso aplicável, a empresa deverá oferecer garantia de qualidade dos serviços prestados, comprometendo-se a prestar suporte técnico e acompanhamento pós-formação para os educadores capacitados;
- j)** A empresa deverá desenvolver suas atividades em conformidade com as seguintes legislações e normativas:
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996);
  - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015);
  - Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado;
  - Plano Nacional de Educação (PNE) e demais diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação e órgãos reguladores.
- k)** Cumprir rigorosamente os termos do ajuste, ao qual se vincula totalmente, não sendo admitidas retificações ou cancelamentos, quer seja nos preços ou nas condições estabelecidas;
- l)** Efetuar o serviço de acordo com o solicitado, bem como das normas constantes no Estudo;
- m)** Comunicar imediatamente e por escrito à Administração Municipal, por meio da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- n)** Responder legal e financeiramente por todas as obrigações e compromissos contraídos com terceiros, para a execução deste contrato, bem como, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, securitários, comerciais e outros afins, quaisquer que sejam as rubricas, a elas não se vinculando ao CONTRATANTE a qualquer título, nem mesmo sob o fundamento de solidariedade;
- o)** Será responsável pelo fornecimento dos serviços dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na Lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor ao Município;
- p)** A contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscal e comercial;
- q)** Refazer os serviços em desacordo com as especificações constantes no pedido, sem ônus a Administração;

r) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Campo Novo do Parecis, no tocante ao fornecimento do serviço, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste instrumento.

**DA VIGÊNCIA:** O contrato terá prazo de validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação.

**DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO:** Pelo instrumento ora realizado, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, a importância de **R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais)** e o pagamento será efetuado, em dez parcelas mensais no valor de **R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais)**, por meio de Ordem Bancária (OB) emitida em favor do fornecedor, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, após o recebimento da Nota Fiscal/fatura dos itens/serviços efetivamente entregues, devidamente atestada pelo agente fiscalizador designado para esse fim, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal n. 56/2023.

**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas necessárias para execução do evento serão cobertas com recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária, consignada no orçamento desta Prefeitura:  
09.002.12.367.0010.20063.3390000000.15001001000000 - APLICAÇÕES DIRETAS

**DO FUNDAMENTO LEGAL:** Inexigibilidade de Licitação, conforme Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. O instrumento contratual fica dispensado por se tratar de execução de serviço imediato.

Campo Novo do Parecis, 21 de janeiro de 2025.

---

**Tarcísio Nascimento da Silva**  
Agente de Contratação

Ratifico a Inexigibilidade do procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e autorizada.

---

**Edilson Antonio Piaia**  
Prefeito Municipal



## CONTRATO Nº: XX/2026

### MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

**TERMO DE CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, ORIGINADO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO NºXX/2025 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, POR MEIO DE CAPACITAÇÃO CONTÍNUA DOS PROFISSIONAIS DA REDE DE ENSINO, COM O OBJETIVO DE GARANTIR ATENDIMENTO DE QUALIDADE E ASSEGURAR OS DIREITOS DOS ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS SEGUINDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE.**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO CAMPO NOVO DO PARECIS-MT**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 24.772.287/0001-36, com sede na Avenida Mato Grosso, nº 66 NW, centro, na cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Senhor Sr. EDILSON ANTONIO PIAIA**, brasileiro, casado, inscrito no RG nº 22xxx4 SESP/MS, CPF sob nº 390.xxx.xxx-91, residente e domiciliado na Rua Goiás, 101 -NE, bairro Centro, nesta cidade de Campo Novo do Parecis – MT, e de outro lado.

**CONTRATADA: XXXXXXXXX**, XXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXX, com sede na rua XXXXXXXX, nº XXXX, XXXXXXXXX, em XXXXXXXX, neste ato representada pelo **Sr. XXXXXXXX**, brasileiro, portador da cédula de identidade nº XXXXXXXX, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXXXX, n.º XXXXXXXXX, XXXXXX, em XXXXXX.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Este contrato decorre do Processo de Inexigibilidade de Licitação XXX/2026, com fulcro no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e demais documentos constantes do protocolo n. XXXX, via 1DOC.

Todos conjuntamente denominados como Partes, tem entre si justo e contratado, o que mutuamente outorgam, aceitam e assinam convencionados pela Cláusulas e Condições seguintes.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1** Contratação de empresa especializada no Atendimento na área da Educação Especial, por meio de capacitação contínua dos profissionais da rede de ensino, com o objetivo de garantir atendimento de qualidade e assegurar os direitos dos estudantes com necessidades educacionais específicas seguindo a legislação vigente.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO**

**2.1** Pelo instrumento ora realizado, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, a importância de **R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais)** e o pagamento será efetuado, em dez parcelas mensais no valor de **R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais)**, por meio de Ordem Bancária (OB) emitida em favor do fornecedor, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, após o recebimento da Nota Fiscal/fatura dos itens/serviços efetivamente entregues, devidamente atestada pelo agente fiscalizador designado para esse fim, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal n. 56/2023.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**3.1** A despesa decorrente deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária: 09.002.12.367.0010.20063.3390000000.15001001000000 - APLICAÇÕES DIRETAS

**3.2** A Contratada deverá manter durante toda a vigência contratual, a plena regularidade fiscal, exigida em Lei.

**3.3** A Nota Fiscal/Fatura deverá ser devidamente atestada pelo fiscal do contratual, antes da sua efetiva liquidação.

**3.4** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras impostas a contratada em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

## **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**4.1** São obrigações da Administração Pública:

- a)** Fiscalizar como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no contrato;
- b)** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um ou mais representantes especialmente designados, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- c)** Prestar as informações e esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas;
- d)** Documentar e notificar, por meio de comunicação impressa ou eletrônica, à contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção ou regularização;
- e)** Assegurar o acesso dos empregados e representantes da contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar as atividades;
- f)** O Município obriga-se, desde já, a cumprir com todas as exigências estabelecidas na proposta e necessidades de produção anexas ao contrato, declarando ainda o CONTRATANTE ter pleno e total conhecimento do conteúdo ali informado.

## **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**5.1** São obrigações do fornecedor contratado:

- a)** Comprovar experiência na prestação de serviços de assessoria e capacitação na área da educação especial e inclusão educacional;
- b)** Apresentar documentos que comprovem formação na área de atuação como certificados, diplomas e demais documentos comprobatórios;

- c)** Equipe técnica qualificada, composta por profissionais com formação e experiência comprovada na área de educação especial, inclusão educacional e práticas pedagógicas inclusivas;
- d)** Formação acadêmica em Pedagogia, Psicopedagogia, Educação Especial, Psicologia ou áreas correlatas, com especialização e/ou experiência comprovada em inclusão educacional;
- e)** Conhecimento atualizado da legislação vigente, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, entre outras normativas aplicáveis;
- f)** A empresa deverá apresentar Registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), com atividade compatível com o objeto da contratação; Regularidade fiscal e trabalhista, com apresentação das certidões negativas de débitos municipais, estaduais e federais;
- g)** A empresa contratada deverá oferecer um plano detalhado de execução do serviço, incluindo carga horária e cronograma das capacitações, compatíveis com a necessidade da rede municipal de ensino; metodologias ativas e dinâmicas, garantindo a aplicação prática das estratégias inclusivas no ambiente escolar; materiais didáticos e de apoio pedagógico, fornecidos aos participantes das capacitações; avaliação da eficácia da capacitação, com aplicação de instrumentos para mensurar o impacto das formações na prática pedagógica dos profissionais;
- h)** O contrato terá duração determinada de 09 (nove) meses, conforme a necessidade do município e disponibilidade orçamentária;
- i)** Caso aplicável, a empresa deverá oferecer garantia de qualidade dos serviços prestados, comprometendo-se a prestar suporte técnico e acompanhamento pós-formação para os educadores capacitados;
- j)** A empresa deverá desenvolver suas atividades em conformidade com as seguintes legislações e normativas:
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996);
  - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015);
  - Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado;
  - Plano Nacional de Educação (PNE) e demais diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação e órgãos reguladores.
- k)** Cumprir rigorosamente os termos do ajuste, ao qual se vincula totalmente, não sendo admitidas retificações ou cancelamentos, quer seja nos preços ou nas condições estabelecidas;
- l)** Efetuar o serviço de acordo com o solicitado, bem como das normas constantes no Estudo;
- m)** Comunicar imediatamente e por escrito à Administração Municipal, por meio da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- n)** Responder legal e financeiramente por todas as obrigações e compromissos contraídos com terceiros, para a execução deste contrato, bem como, pelos encargos trabalhistas, previdenciárias, fiscais, securitários, comerciais e outros afins, quaisquer que sejam as rubricas, a elas não se vinculando ao CONTRATANTE a qualquer título, nem mesmo sob o fundamento de solidariedade;

- o) Será responsável pelo fornecimento dos serviços dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na Lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor ao Município;
- p) A contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscal e comercial;
- q) Refazer os serviços em desacordo com as especificações constantes no pedido, sem ônus a Administração;
- r) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Campo Novo do Parecis, no tocante ao fornecimento do serviço, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste instrumento.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA**

**6.1** O contrato terá prazo de validade de 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação em Diário Oficial.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO**

**7.1** Poderá haver rescisão do contrato nas seguintes hipóteses:

- I - Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE quando não cumpridas pela CONTRATADA às cláusulas contratuais aqui estabelecidas ou quando seu cumprimento se der do modo irregular;
- II - Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
- III - Judicial, nos termos da legislação vigente.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO**

**8.1** A contratação deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**8.2** O instrumento ficará sob a responsabilidade de um Gestor de Contrato e por um Fiscal de Contrato cujas atribuições são relativas à execução do objeto contratual, conforme estabelecido no Decreto Municipal 56/2023.

**8.3** Os agentes fiscalizadores serão designado pela secretaria solicitante.

**8.4** Após a Nota de Autorização de Despesa será elaborado o plano de fiscalização do mesmo, conforme as estratégias de execução do serviço em consonância ao Decreto Municipal 56/2023.

**8.5** A execução da contratação deverá ser acompanhado e fiscalizado por meio de instrumentos de controle, que compreendam, quando for o caso, a mensuração dos seguintes aspectos:

- a) Os resultados alcançados em relação a contratação, com a verificação dos prazos de fornecimento e da qualidade demandada;
- b) Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigida, quando se tratar de contrato com dedicação exclusiva de mão de obra;
- c) A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- d) A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- e) O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e a satisfação do público usuário, quando cabível.

**8.5.1** O fiscal da contratação deverá verificar ainda os impactos sobre o pagamento, nas situações em que a contratada:

- a)** Não produzir os resultados, deixar de fornecer, ou não fornecer com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- b)** Deixar de utilizar materiais e recursos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**8.5.2** O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Edital e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

**8.6** O serviço será recebido provisoriamente em 05 (cinco) dias, e para tanto deverá observar se o produto/serviços está condizente com a fatura, com as informações do contrato, ou documento equivalente, com a Nota de Empenho, assim como observar se o serviço está sendo entregue em perfeitas condições de consumo e dentro das especificações contratadas.

**8.7** O fiscal deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**8.8** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.133, de 2021.

**8.9** As notificações serão comunicadas preferencialmente por meio de endereço eletrônico da contratada, devendo a contratada informar em seus documentos as informações necessárias para tanto, e eventualmente mediante ofício de forma presencial.

## **CLÁUSULA NONA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1** Comete infração administrativa a licitante que cometer, por dolo ou culpa, quaisquer das infrações previstas na Lei Federal n. 14.133/2021, quais sejam:

- a)** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** Dar causa à inexecução total do contrato;
- d)** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e)** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h)** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i)** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k)** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**9.2** A licitante/contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções mencionadas abaixo, de acordo com a Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021:

- a) Advertência;
- b) Multa Moratória;
- c) Multa Compensatória;
- d) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

**9.2.1** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**10.3** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a administração pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**9.4** O processo de aplicação das penalidades previstas acima respeitará o devido processo legal e a ampla defesa da licitante/contratada e tramitará de acordo com o Decreto Municipal n. 56/2023.

**9.5** Aplicar-se-á a advertência como instrumento de diálogo e correção de conduta ensejadora de infração administrativa, da qual não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, dentre elas:

- a) Descumprimento de pequena relevância de obrigação legal ou infração a lei, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
- b) Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

**9.6** A sanção de **multa compensatória** será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021, calculada na forma prevista no edital ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

- a) de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor contratado, para aquele que:
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, previsto no art. 155, IV da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;
- c) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, previsto no art. 155, V da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

**9.6.1** de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

- a) recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, previsto no art. 155, VI da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

**9.6.2** de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada/inadimplente, em caso de:

- a) Inexecução parcial do contrato previsto no art. 155, I da lei federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021, desde que não seja enquadrada em pequena relevância, previsto no art. 6º do Decreto Municipal 56/2023;
- b) Inércia do fornecedor/contratado ou reincidência na inexecução parcial do contrato enquadrada em pequena relevância, previsto no art. 8º do Decreto Municipal 056/23;

**9.6.3** - de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total do contrato, previsto no art. 155, III da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

**9.6.4** - de 20% (vinte por cento) a 30% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

- a) Apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, previsto no art. 155, VIII da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;
- b) Fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato, previsto no art. 155, IX da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;
- c) Comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza, previsto no art. 155, X da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;
- d) Prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, previsto no art. 155, XI da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;
- e) Prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, previsto no art. 155, XII da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;
- f) Entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- g) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, previsto no art. 155, II da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

**9.7 A multa moratória** é a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor/contratado que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, tal qual solicitado, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

**9.7.1** - 0,2% (dois décimos percentuais) por dia de atraso, sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato, até 10 (dez) dias de atraso;

**9.7.2** - 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro dia) até o 20º (vigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

**9.7.3** - 0,5% (cinco décimos percentuais) por dia de atraso a partir do 21º (vigésimo primeiro) até o 30º (trigésimo dia) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

**9.7.4** - Após o 30º (trigésimo) dia de atraso, será analisada as justificativas apresentadas pelo fornecedor/contratado e avaliado se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la, conforme art. 137 e seguintes da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

**9.7.5** Constatado o atraso na entrega de bens ou na execução de serviços, o gestor do contrato, auxiliado pelo fiscal do contrato e áreas técnicas deverá iniciar os procedimentos para abertura de processo administrativo punitivo, que deverá observar os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**9.8** Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, direta ou indireta, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

**a)** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:

**a.1)** Pena - impedimento pelo período de um ano até dois anos.

**b)** Dar causa à inexecução total do contrato:

**b.1)** Pena - impedimento pelo período de um ano até três anos.

**c)** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

**c.1)** Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.

**d)** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado:

**d.1)** Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.

**e)** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

**e.1)** Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.

**f)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**f.1)** Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.

**g)** Reincidência na sanção de advertência dentro do prazo de 12 (doze) meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração Pública Municipal:

**g.1)** Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.

**h)** Promover a alteração da quantidade ou qualidade dos serviços prestados ou obra executada de forma unilateral.

**h.1)** Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.

**9.9** As penalidades descritas no *caput* do presente artigo se aplicam também nos casos em que o instrumento que vincula as partes seja Ata de Registro de Preços/Contrato, ou instrumento equivalente;

**9.9.1** A pena de suspensão poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de multa, conforme art. 529, §2º do Decreto Municipal 056/23.

**9.9.2** A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal não será cabível quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando então será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade.



**9.10** A aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, acarretará a rescisão contratual prevista no art. 137 e seguintes da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021 e art. 604 do Decreto Municipal 056/23.

**9.11** O impedimento não atinge outros Contratos/Atas de Registro de Preços que estejam vigentes com o fornecedor/contratado penalizado, desde que não tenham relação com a execução do contrato que deu origem à sanção.

**9.12** A penalidade de impedimento de licitar e contratar aplicada ao fornecedor/contratado estende-se às pessoas jurídicas que possuam objeto social similar e das quais sejam participantes um ou mais sócios que compõem o quadro societário da empresa penalizada, ou quando, pelas circunstâncias do caso e pelos elementos probatórios, restar comprovado que a pessoa jurídica foi constituída com o fim de frustrar os efeitos da penalidade aplicada.

**a)** Para os fins do disposto pelo *caput*, é lícito à autoridade competente valer-se do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, conforme previsto pelo art. 160 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

**9.13** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar será aplicada ao fornecedor/contratado responsável pelas infrações administrativas abaixo descritas, bem como pelas infrações administrativas previstas no *caput* do art. 537 deste Título que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção nele referida, e o impedirá de licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os seguintes parâmetros:

**a)** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:

**a.1)** Pena - de três anos até quatro anos.

**b)** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:

**b.1)** Pena - de três anos até seis anos.

**c)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:

**c.1)** Pena - de três anos até seis anos.

**d)** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação:

**d.1)** Pena - de três anos até cinco anos.

**e)** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 01 de agosto de 2013:

**e.1)** Pena - de três anos até seis anos.

**9.14** A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar deve ser precedida de análise jurídica.

**9.15** A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa compensatória cumulativamente à sanção mais grave.

**9.16** A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar aplicada ao fornecedor/contratado estende-se às pessoas jurídicas que possuam objeto social similar e das quais sejam participantes um ou mais sócios que compõem o quadro societário da empresa penalizada, ou quando, pelas circunstâncias do caso e pelos elementos probatórios, restar comprovado que a pessoa jurídica foi constituída com o fim de frustrar os efeitos da penalidade aplicada.

**a)** Para os fins do disposto pelo *caput*, é lícito à autoridade competente valer-se do instituto da desconsideração da personalidade jurídica;



**9.17** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções acima, com exceção à advertência, demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por uma Comissão Especial, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante/contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, conforme Decreto Municipal 56/2023.

**9.18** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade competente que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar, encaminhará o recurso com sua motivação à Autoridade Superior, que deverá proferir sua decisão, conforme Decreto Municipal 56/2023.

**9.19** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**9.20** A aplicação das sanções previstas no itens acima admitem a reabilitação da licitante/contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos e poderá ser requerida pela parte, quando couber:

- a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) Pagamento da multa;
- c) Transcurso do prazo mínimo de um ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de três anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DA PROTEÇÃO DE DADOS**

**10.1** É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**10.2** Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

**10.2.1.** O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, e entre esta e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores.

**10.3.** Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, deterá acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei nº 13.709/2018.

**10.4** A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na



legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

**10.5** A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

**10.5.1** A comunicação não exime a CONTRATADA das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.

**10.6** O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE**

**11.1** Os valores inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis.

**11.2** Em caso de eventual necessidade, os preços dos materiais, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, da apresentação da proposta ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados com base na média dos índices IPCA, IGP-M, INPC e IPC-DI.

**11.3** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**11.4** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, às partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

**11.5** Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da Contratada.

**11.6** Também ocorrerão à preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois da prorrogação contratual e extinção do contrato.

**11.7** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS**

**12.1** Deverão ser observadas as OBRIGAÇÕES DAS PARTES de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e demais documentos que fazem parte do processo.

**12.2** A despesa decorrente do objeto deste contrato correrá às expensas do orçamento dos Órgãos que aderirem o contrato, sendo que na ocasião da formalização de contrato ou instrumento equivalente, serão informadas as fichas correspondentes e respectivos vínculos.

**12.3** Eventual alteração do contrato deverá obedecer ao que está estabelecido no Edital que consta nos documentos.

**12.4** Incumbirá à Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**12.5** As partes elegem o Foro de Campo Novo do Parecis/MT para dirimir qualquer dúvida que possa advir da execução do contrato.



E por estarem plenamente justas e contratadas, assinam as partes este instrumento, em duas vias de igual teor e forma, diante de duas testemunhas, para que produza os efeitos de Lei.

XXXXXXXXXXXXXXXXX (MT), XXXXX de XXXXXXXXX de 2026.

---

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**Gestor do Executivo/Prefeito Municipal**

---

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**CONTRATADO**



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9FDB-23B2-F4F0-DCD4

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



EDILSON ANTONIO PIAIA (CPF 390.XXX.XXX-91) em 21/01/2026 10:34:25 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



TARCISIO NASCIMENTO (CPF 797.XXX.XXX-15) em 22/01/2026 07:17:21 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Esta versão de verificação foi gerada em 22/01/2026 às 08:17 e assinada digitalmente pela 1Doc para garantir sua autenticidade e inviolabilidade com o documento que foi assinado pelas partes através da plataforma 1Doc, que poderá ser conferido por meio do seguinte link:

<https://camponovodoparecis.1doc.com.br/verificacao/9FDB-23B2-F4F0-DCD4>